



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Viseu





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos

Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA

Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA

Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**

Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**

Organização

ÍNDICE

| | |
|-----------------|---|
| Introdução..... | 8 |
|-----------------|---|

| | |
|---|---|
| Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... | 9 |
|---|---|

| | |
|--------------------------------------|---|
| 1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... | 9 |
|--------------------------------------|---|

| | |
|--|----|
| 2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... | 10 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... | 11 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| 3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... | 12 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... | 13 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... | 14 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| 5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... | 14 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| 6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... | 15 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... | 17 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| 7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... | 17 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... | 18 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... | 19 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| 9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... | 19 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| 10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... | 20 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... | 22 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| 11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... | 22 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... | 23 |
|---|----|



| | | |
|--|---|-----------|
|  | Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível..... | 24 |
| | 13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)..... | 24 |
| | 14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil..... | 25 |
|  | Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico..... | 27 |
| | 15 – Empregos Formais por Mil Habitantes..... | 27 |
| | 16 – PIB per capita..... | 28 |
|  | Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura..... | 29 |
| | 17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)..... | 30 |
| | 18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes..... | 31 |
|  | Objetivo 10 – Redução das Desigualdades..... | 32 |
| | 19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)..... | 33 |
|  | Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis..... | 34 |
| | 20 – Acesso à Telefonia Móvel..... | 34 |
| | 21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental..... | 35 |
|  | Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis..... | 36 |
| | 22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo..... | 37 |
| | 23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar..... | 38 |
|  | Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima..... | 39 |
| | 24 – Gastos per capita com prevenção de desastres..... | 39 |
|  | Objetivo 14 – Vida na Água..... | 41 |
| | 25 – Despesa per capita com preservação aquática..... | 41 |
|  | Objetivo 15 – Vida Terrestre..... | 42 |
| | 26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total..... | 43 |
| | 27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total..... | 44 |
|  | Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes..... | 45 |
| | 28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes..... | 45 |
| | 29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes..... | 46 |
|  | Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação..... | 47 |
| | 30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB..... | 48 |
| | 31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)..... | 49 |
|  | Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)..... | 50 |
|  | Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027..... | 51 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 10 |
| Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 11 |
| Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 12 |
| Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 13 |
| Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 15 |
| Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 16 |
| Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019- 2023)..... | 18 |
| Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 19 |
| Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 20 |
| Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 21 |
| Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 23 |
| Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 24 |
| Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 25 |



LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 26 |
| Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 28 |
| Gráfico 16 - PIB per capita, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)..... | 29 |
| Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022) | 31 |
| Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 32 |
| Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022) | 33 |
| Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 35 |
| Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 36 |
| Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 37 |
| Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 38 |
| Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 40 |
| Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 42 |
| Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 43 |
| Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 44 |
| Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 46 |
| Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) | 47 |
| Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022) | 48 |
| Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)..... | 49 |
| Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2025) | 50 |

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Viseu (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



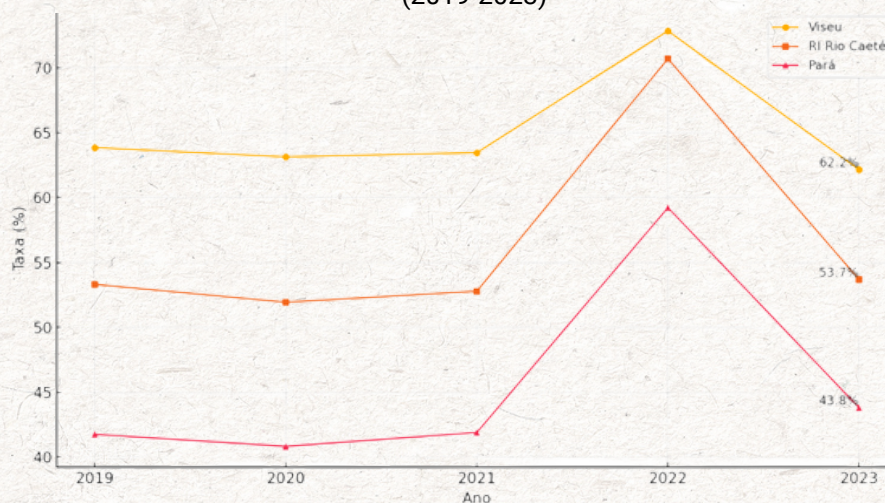
Evolução da Taxa de Pobreza

Em Viseu, a taxa de pobreza apresentou um patamar consistentemente elevado ao longo do período analisado. Em 2019, o município registrava 64,1%, com uma leve queda para 63% em 2020 e estabilidade em 2021 (63,5%). Em 2022, houve um salto expressivo para 72,3%, o maior da série, seguido por uma redução significativa em 2023, quando a taxa recuou para 62,2%. Esse padrão sugere uma vulnerabilidade social acentuada, com possível impacto da pandemia em 2022 e um indicativo de retomada em 2023 (Gráfico 1).

Na Região de Integração Rio

Caeté, o comportamento foi semelhante, com início em 53,3% em 2019, queda para 52% em 2020 e leve elevação em 2021 (52,9%). Em 2022, a taxa também sofreu uma disparada, atingindo 70,8%, mas caiu para 53,7% em 2023, retornando a níveis próximos ao início da série. Já no estado do Pará, a trajetória foi mais contida: iniciou com 41,7% em 2019, caiu para 40,6% em 2020, e então subiu gradualmente até 59% em 2022, com recuo para 43,8% em 2023. A leitura geral aponta um agravamento da pobreza em 2022, seguido de uma reversão parcial em 2023 (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

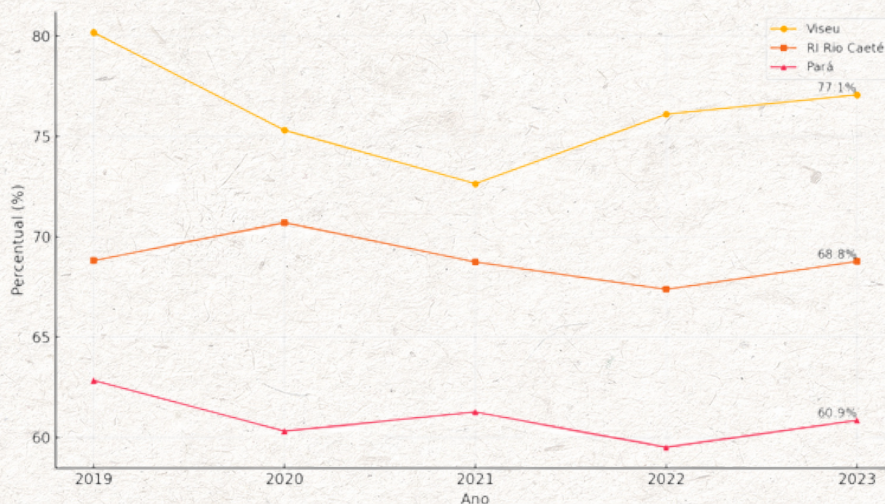
O município de Viseu apresentou os maiores percentuais de despesas com serviços essenciais ao longo do período, partindo de 80,4% em 2019 e caindo para 75,4% em 2020. Em 2021, o índice recuou ainda mais para 72,5%, porém, foi retomado um crescimento nos dois anos seguintes: 76,6% em 2022 e 77,1% em 2023. Apesar da oscilação, o patamar de alocação orçamentária manteve-se elevado, indicando prioridade da gestão municipal nas áreas fundamentais como saúde, educação e saneamento (Gráfico 2).

Na RI Rio Caeté, o percentual era de 68,7%

em 2019, subindo para 71% em 2020, mas decaindo para 68,7% em 2021 e atingindo o menor valor em 2022 (67,3%), antes de encerrar 2023 com 68,8%. Já o estado do Pará registrou menor comprometimento relativo, com 62,7% em 2019, caindo para 60,3% em 2020, oscilando ligeiramente até atingir o ponto mais baixo da série em 2022 (59,4%), e apresentando recuperação leve para 60,9% em 2023. A análise evidencia maior esforço fiscal no nível municipal e regional em comparação ao estadual, o que pode refletir diferentes demandas e pressões orçamentárias (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

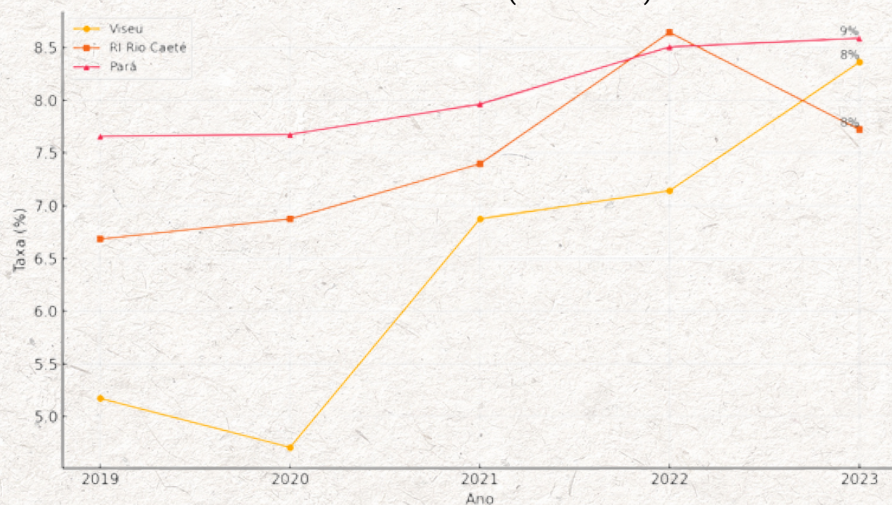
Viseu iniciou 2019 com 5,2% de crianças nascidas com baixo peso, apresentando uma queda em 2020 para 4,7%. A partir de então, houve um crescimento progressivo do indicador: 6,9% em 2021, 7,1% em 2022 e 8% em 2023. O aumento constante a partir de 2021 sugere piora nas condições pré-natais ou acesso limitado a cuidados de saúde adequados durante a gestação, refletindo uma preocupação crescente no campo da saúde materno-infantil no município (Gráfico 3).

Na RI Rio Caeté, o indicador também seguiu tendência as-

cendente: partindo de 6,7% em 2019, subiu para 6,9% em 2020, 7,4% em 2021, até alcançar 9% em 2022, com uma leve queda para 8% em 2023. Já no estado do Pará, os valores foram relativamente altos e mais estáveis: 7,7% em 2019 e 2020, crescendo para 7,9% em 2021, 8,6% em 2022 e 9% em 2023. A persistência e elevação das taxas em todos os níveis indicam que a questão do baixo peso ao nascer é um desafio regional, exigindo políticas integradas de atenção pré-natal, alimentação adequada e vigilância da saúde reprodutiva (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

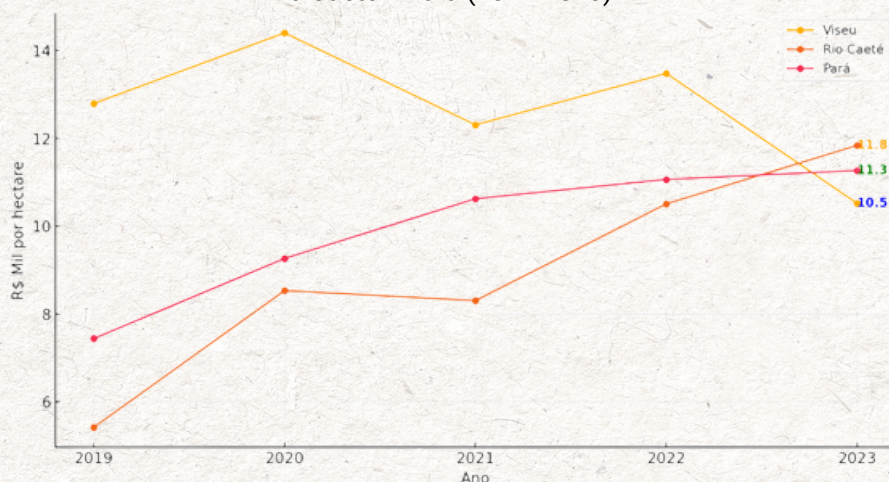
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Viseu teve a maior produtividade agrícola entre os três níveis observados, iniciando em R\$ 12,9 mil por hectare em 2019 e alcançando o pico de R\$ 14,4 mil em 2020. Em 2021, houve redução para R\$ 12,4 mil, seguida de recuperação parcial em 2022 com R\$ 13,5 mil. No entanto, o indicador apresentou forte queda em 2023, caindo para R\$ 10,5 mil por hectare. Essa oscilação pode estar relacionada a variações climáticas, redução de investimentos ou mudanças nos insumos e práticas agrícolas (Gráfico 4).

Na RI Rio Caeté, a produtividade partiu de um valor mais modesto, R\$ 5,4 mil em 2019, mas teve crescimento contínuo até R\$ 11,8 mil em 2023, com destaque para o salto entre 2021 (R\$ 8,3 mil) e 2022 (R\$ 10,6 mil). Já o Pará teve evolução mais estável, crescendo de R\$ 7,4 mil em 2019 até R\$ 11,3 mil em 2023. O avanço constante na RI e no estado pode indicar melhorias estruturais na produção, enquanto a queda recente em Viseu pode sinalizar desequilíbrios ou dificuldades específicas no território (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

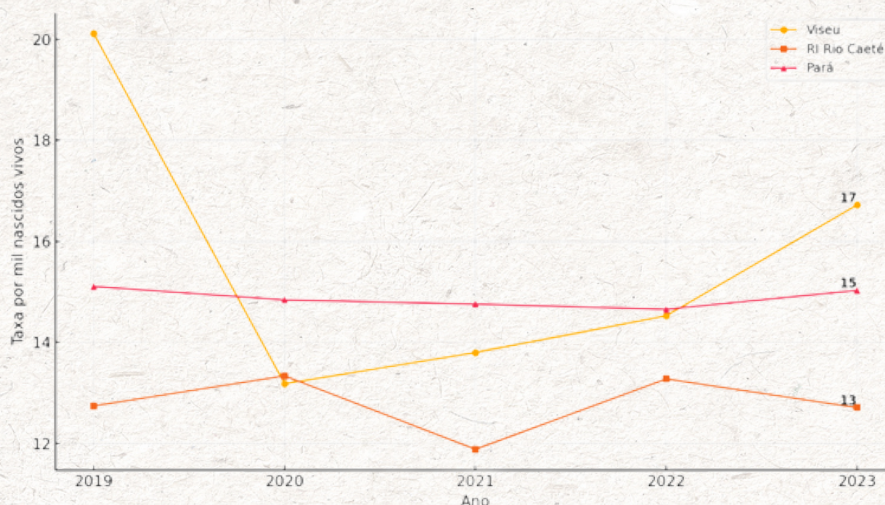
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

O município de Viseu apresentou comportamento oscilante e preocupante no indicador de mortalidade infantil. Em 2019, o município registrava uma alta taxa de 20,1 por mil nascidos vivos, que caiu drasticamente para 13,2 em 2020. A partir de então, houve aumento progressivo nos anos seguintes: 13,8 em 2021, 14,6 em 2022 e, finalmente, 17 em 2023. Embora tenha havido uma queda acentuada entre 2019 e 2020, a tendência de crescimento posterior levanta alertas sobre possíveis fragilidades nos serviços de saúde materno-infantil locais (Gráfico 5).

Na Região de Integração Rio Caeté, a mortalidade infantil variou de forma mais controlada, saindo de 12,7 em 2019 para 13 em 2020, caindo para o menor valor da série em 2021 (11,9), voltando a subir para 13,2 em 2022 e terminando 2023 em 13. O estado do Pará manteve certa estabilidade, com uma leve queda de 15,1 (2019) para 14,7 (2020), 14,6 (2021), e 14,5 (2022), mas voltou a crescer em 2023, atingindo 15. A relativa constância no nível estadual contrasta com a volatilidade municipal, evidenciando que Viseu enfrenta desafios específicos que devem ser enfrentados com políticas focalizadas em saúde básica e neonatal (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

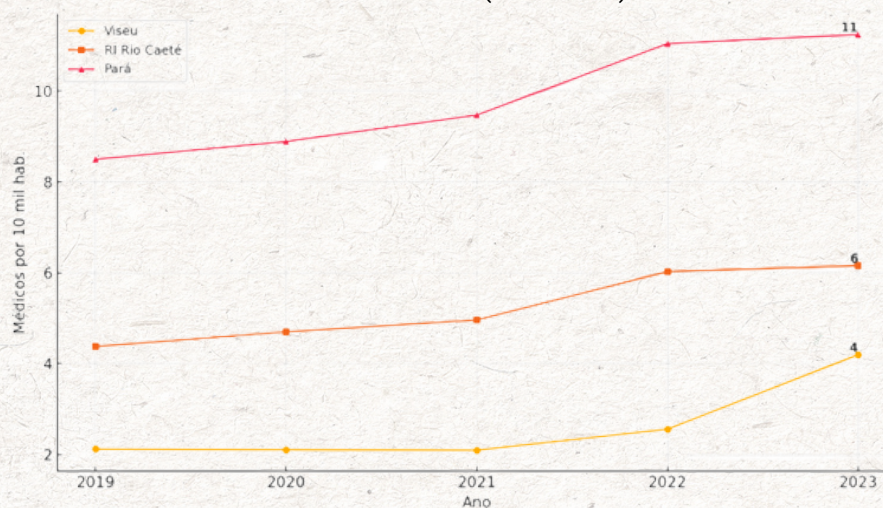
Em Viseu, o número de médicos por 10 mil habitantes era extremamente baixos em 2019, com apenas 2,1 profissionais, mantendo-se praticamente estável até 2021. A partir de 2022, houve leve aumento para 2,5, com crescimento mais expressivo em 2023, atingindo 4. Ainda assim, esse quantitativo segue muito abaixo do ideal recomendado pela OMS, o que reflete a carência estrutural de profissionais da saúde no município e sua possível relação com os altos índices de mortalidade infantil (Gráfico 6).

Na RI Rio Caeté, a densidade médica era

de 4,4 em 2019, subindo gradativamente até atingir 6,2 médicos por 10 mil habitantes em 2023. O estado do Pará apresentou situação mais favorável, saindo de 8,5 em 2019 e avançando progressivamente até 11 em 2023. Esses dados indicam disparidades importantes no acesso a serviços médicos entre os níveis territoriais, sendo a capitalização de políticas de fixação de profissionais da saúde em áreas periféricas e interiorizadas uma demanda urgente para reduzir desigualdades assistenciais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Viseu iniciou 2019 com 304 vagas por mil habitantes no ensino público, apresentando leve queda em 2020 (300), e crescimento em 2021 (305) e 2022 (307), antes de uma queda expressiva para 271 em 2023. Esse recuo no último ano é o mais acentuado do período e pode estar relacionado à reorganização da rede escolar, mudanças demográficas ou restrições orçamentárias. Apesar disso, o município manteve ao longo da série um patamar significativamente superior ao da RI e do estado (Gráfico 7).

Na RI Rio Caeté, os valores

oscilaram entre 243 (2019) e 242 (2022), encerrando 2023 com 216 vagas por mil habitantes, uma queda considerável. Já o estado do Pará seguiu uma trajetória semelhante, com 212 vagas em 2019, atingindo o pico em 2022 (219), mas também recuando para 198 em 2023. Essa tendência de queda generalizada nas vagas per capita em 2023 merece atenção, pois pode comprometer o acesso à educação básica, especialmente em regiões com maior crescimento populacional ou carência de infraestrutura escolar (Gráfico 7).

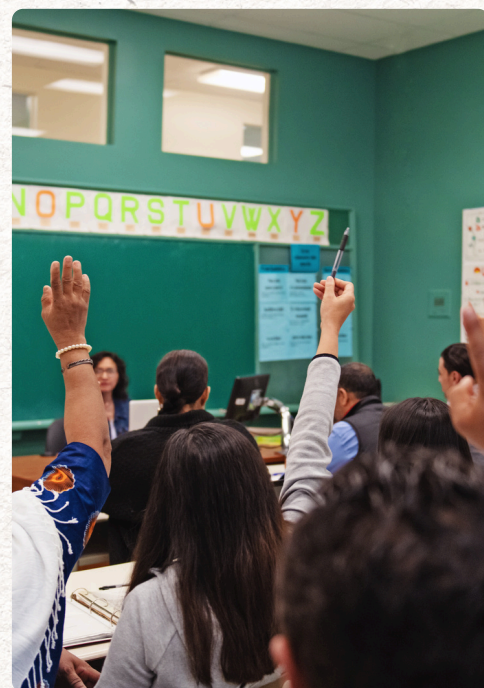
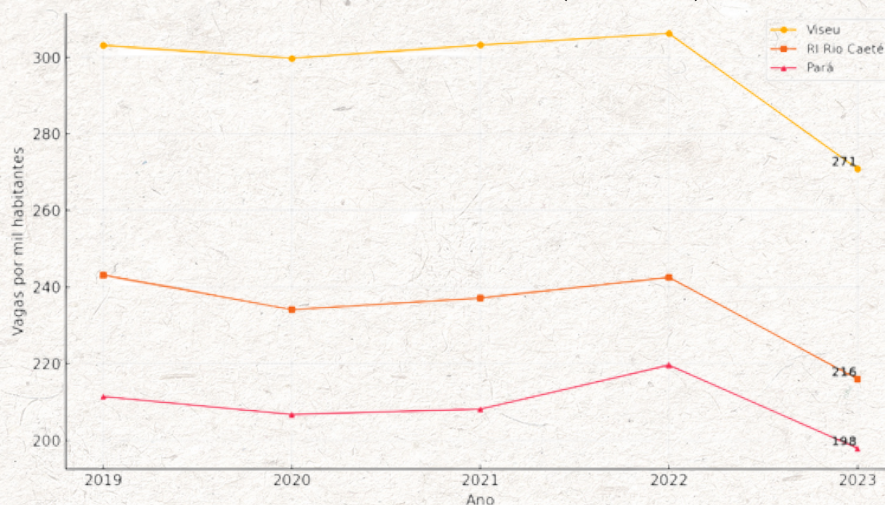


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 271 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

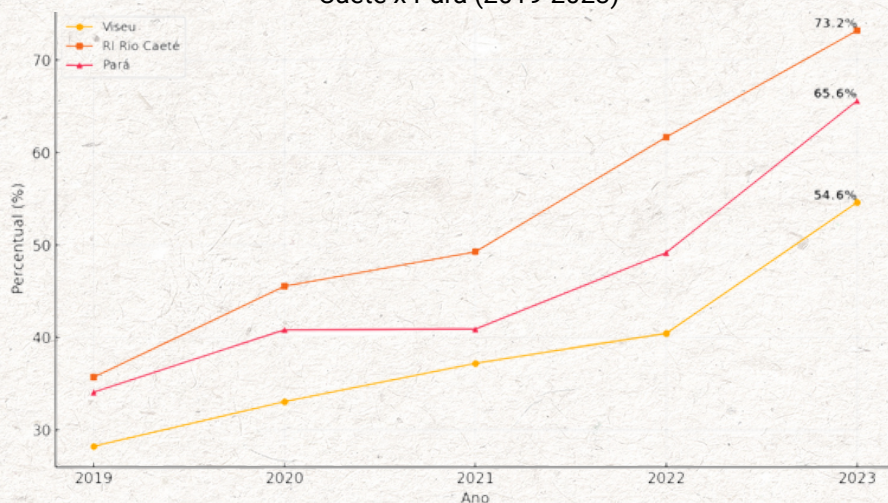
O município de Viseu iniciou o período com apenas 28,3% das escolas públicas com acesso à internet em 2019. Desde então, houve avanços contínuos: 33% em 2020, 37% em 2021, 40,4% em 2022 e, finalmente, 54,6% em 2023. Ainda que tenha havido progresso significativo ao longo dos anos, o município continua em posição inferior em comparação à média estadual e regional, o que pode limitar a efetividade de políticas de inclusão digital e ensino híbrido (Gráfico 8).

Na RI Rio Caeté, o crescimento foi mais

expressivo: o percentual saiu de 35,4% em 2019 para 73,2% em 2023, ultrapassando consideravelmente os demais níveis. No estado do Pará, a evolução também foi positiva, partindo de 34,1% (2019) e chegando a 65,6% (2023). O avanço da conectividade escolar demonstra esforços estruturantes, mas revela disparidades internas que precisam ser reduzidas para garantir igualdade de condições no uso de tecnologias educacionais, especialmente em municípios com maior vulnerabilidade (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

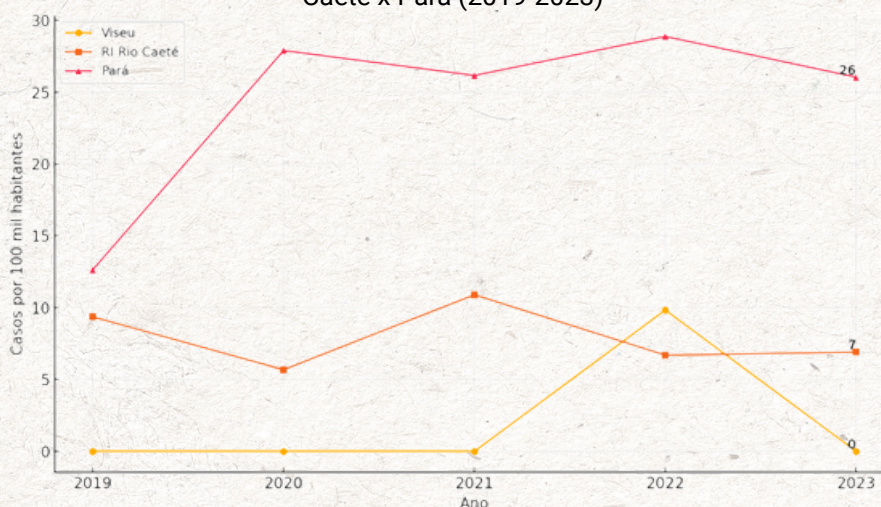
Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Viseu, o número de casos de violência contra a mulher praticada por parceiros foi nulo nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2023, com exceção de 2022, quando houve um pico de 9,9 casos por 100 mil habitantes. Essa oscilação pode indicar tanto subnotificação quanto eventuais variações na atuação das políticas de enfrentamento à violência ou na estrutura de denúncia. A ausência de registros em quatro dos cinco anos, especialmente em um contexto de aumento estadual, levanta a necessidade de avaliar a confiabilidade dos dados e a presença de canais de apoio às vítimas (Gráfico 9).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador oscilou entre 9,4 casos por 100 mil habitantes em 2019, 5,8 em 2020, e subiu para 11 em 2021, caindo em seguida para 6,6 em 2022 e se mantendo em 7 em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma escalada mais acentuada: de 12,7 casos em 2019, o número saltou para 28 em 2020, oscilou levemente para 26,2 em 2021, aumentou novamente para 29,1 em 2022 e fechou 2023 com 26. Essa tendência ascendente em âmbito estadual reforça a relevância de políticas públicas voltadas à proteção da mulher e à denúncia da violência doméstica (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

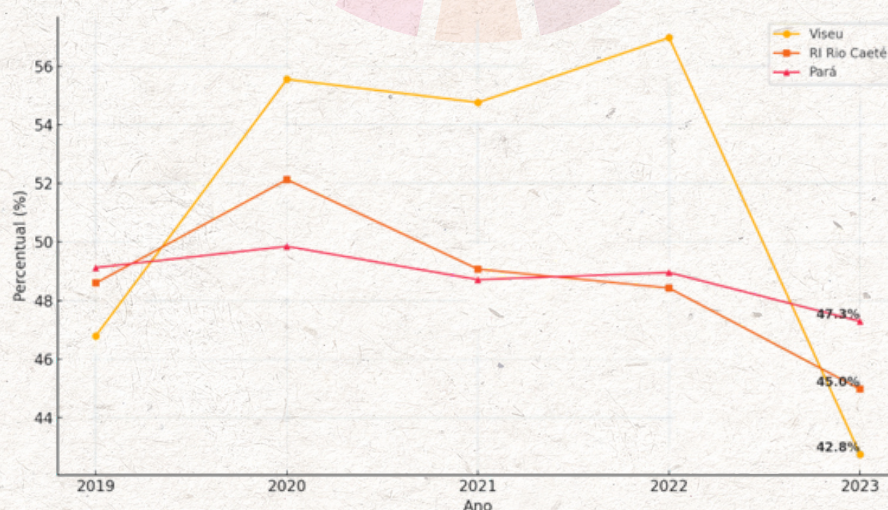
O município de Viseu apresentou uma evolução expressiva até 2022, com o percentual de mulheres em cargos gerenciais saltando de 46,8% em 2019 para 55,6% em 2020, mantendo alta proporção em 2021 (54,8%) e atingindo o pico de 57% em 2022. Contudo, em 2023 houve queda abrupta para 42,8%, o que representa um recuo de mais de 14 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Essa reversão pode refletir alterações na estrutura organizacional local ou redução da participação feminina nos espaços de liderança, o que merece atenção (Gráfico 10).





Na RI Rio Caeté, o indicador iniciou em 48,6% em 2019 e cresceu até 52,2% em 2020, recuando para 49% em 2021, 48,4% em 2022 e atingindo o menor valor da série em 2023, com 45%. O estado do Pará oscilou menos, indo de 49,1% em 2019 a 49,8% em 2020, com leve queda nos anos seguintes: 48,6% em 2021, 48,8% em 2022 e finalizando com 47,3% em 2023. A tendência de leve retração regional e estadual pode indicar um desafio estrutural na manutenção do protagonismo feminino em posições de decisão, exigindo reforço em ações de equidade de gênero (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

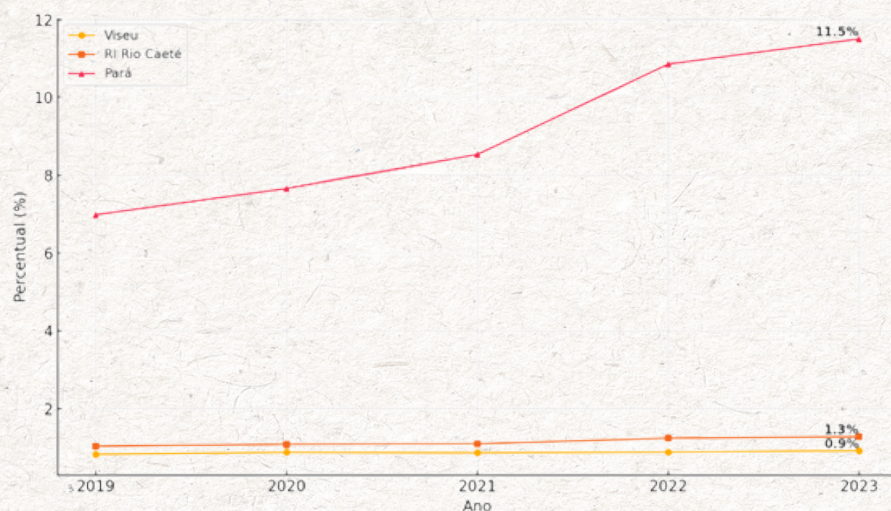
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Viseu apresentou taxas extremamente baixas no atendimento com coleta de esgoto à população de baixa renda, variando de 0,8% em 2019 até apenas 0,9% em 2023. Os dados revelam uma estagnação estrutural nesse serviço essencial, com praticamente nenhum avanço em cinco anos. A cobertura abaixo de 1% indica negligência em relação à infraestrutura de saneamento básico nas áreas mais vulneráveis, com impactos diretos sobre saúde pública e qualidade de vida (Gráfico 11).

Na RI Rio Caeté, o desempenho foi levemente superior, embora também baixo: partiu de 1,1% em 2019 e chegou a 1,3% em 2023. Já no estado do Pará, houve crescimento progressivo e mais expressivo: de 7% em 2019, o percentual avançou para 7,6% (2020), 8,5% (2021), 10,9% (2022) e 11,5% (2023). Apesar da melhora no nível estadual, a persistência de percentuais ínfimos nos níveis municipal e regional demonstra que o investimento em saneamento para populações pobres ainda está muito aquém do necessário em territórios periféricos (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

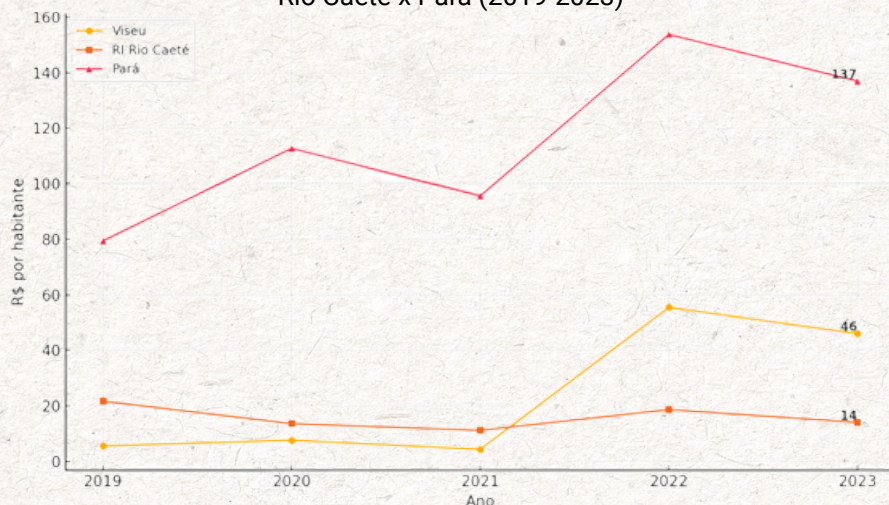
O município de Viseu teve baixos níveis de investimento per capita em saneamento entre 2019 e 2021, variando de R\$ 6,9 (2019), R\$ 8,3 (2020), para R\$ 4,6 em 2021. Em 2022, observou-se um salto relevante para R\$ 55,8, seguido de uma leve redução em 2023 para R\$ 46. Esse aumento, embora expressivo, ainda não resultou em avanços significativos na cobertura da população de baixa renda com coleta de esgoto, o que pode sugerir falhas na execução, destinação ou continuidade das ações financiadas (Gráfico 12).

Na RI Rio Caeté, o gasto por habitante iniciou em R\$ 21,7 em 2019 e foi decrescendo até

atingir R\$ 11,6 em 2021. Após leve recuperação para R\$ 18,7 em 2022, caiu para R\$ 14 em 2023. O estado do Pará apresentou valores muito superiores, começando com R\$ 79,3 em 2019, subindo para R\$ 112,6 em 2020, caindo para R\$ 95,2 em 2021 e, depois, atingindo o maior valor da série em 2022 com R\$ 153,1, antes de recuar para R\$ 137 em 2023. O investimento estadual robusto contrasta com a baixa execução local, apontando para a necessidade de maior capacidade técnica e institucional nos municípios para transformar recursos em melhorias concretas (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$46/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

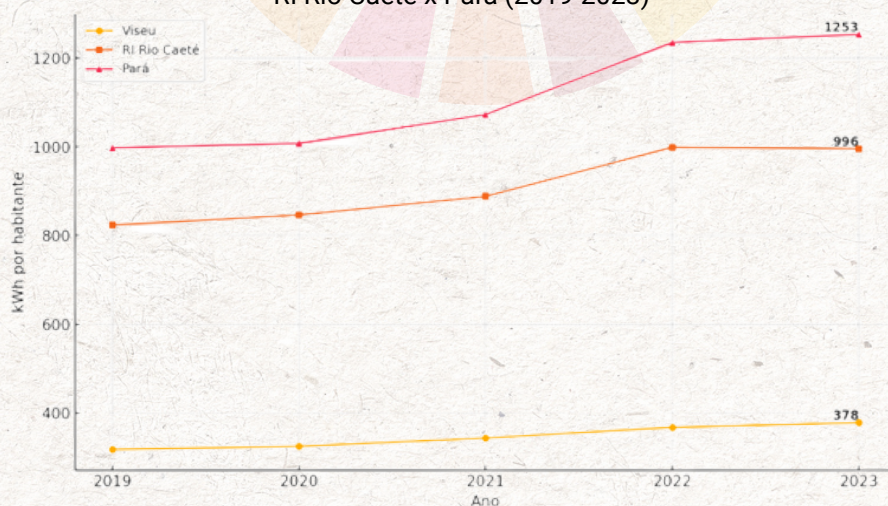


O município de Viseu apresentou um crescimento contínuo no consumo de energia elétrica per capita ao longo do período. Em 2019, o consumo era de 316 kWh/hab., subindo levemente para 322 em 2020, 341 em 2021, 362 em 2022 e alcançando 378 kWh/hab. em 2023. Apesar do crescimento, o consumo em Viseu ainda é significativamente inferior ao da média regional e estadual, indicando possíveis limitações de infraestrutura elétrica ou menor acesso a equipamentos eletrodomésticos e serviços energéticos (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Rio Caeté, o consumo aumentou de 826 kWh/hab. em 2019 para 996 kWh/hab. em 2022, permanecendo estável nesse patamar em 2023. Já o estado do Pará iniciou o período com 996 kWh/hab., subindo para 1011 em 2020, 1076 em 2021, chegando a 1235 em 2022 e finalizando com 1253 kWh/hab. em 2023. Essa elevação mais intensa no estado pode estar associada à expansão do acesso à eletricidade e ao crescimento do consumo comercial e residencial. O distanciamento entre Viseu e os demais níveis evidencia a desigualdade no acesso à energia no interior do estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 378 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

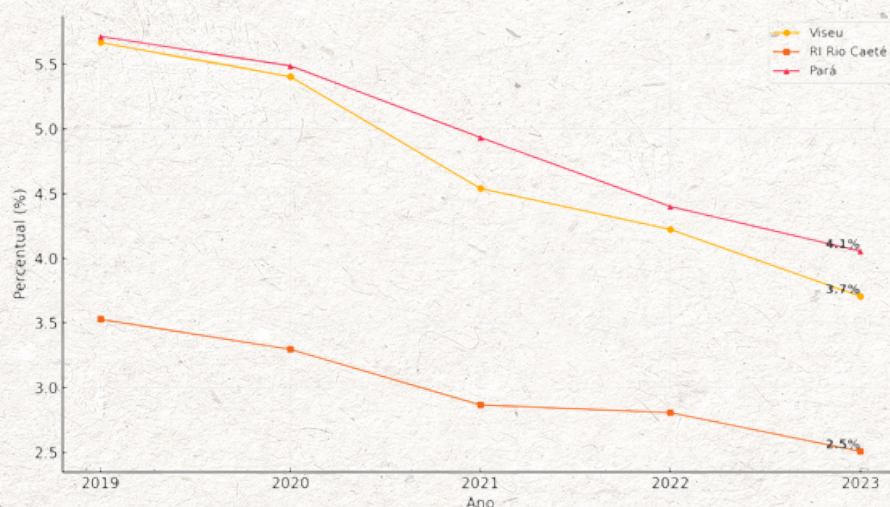
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Viseu apresentou uma queda constante no uso de iluminação fóssil em domicílios de baixa renda. Em 2019, o percentual era de 5,7%, diminuindo para 5,4% em 2020, 4,6% em 2021, 4,3% em 2022 e chegando a 3,7% em 2023. A redução representa um avanço significativo na substituição de fontes precárias de energia por sistemas mais adequados, ainda que a proporção permaneça elevada diante das médias regionais (Gráfico 14).

Na RI Rio Caeté, o percentual era mais baixo e caiu continuamente: de 3,5% em 2019 para 2,5% em 2023. O estado do Pará iniciou com 5,8% em 2019 e apresentou trajetória descendente: 5,5% (2020), 4,9% (2021), 4,4% (2022) e 4,1% (2023). Esses dados indicam um movimento progressivo de substituição da iluminação fóssil, resultado possivelmente de programas de eletrificação rural e ampliação da rede. Ainda assim, o fato de municípios como Viseu manterem percentuais acima de 3% em 2023 demonstra a necessidade de acelerar a universalização do acesso à energia elétrica segura (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

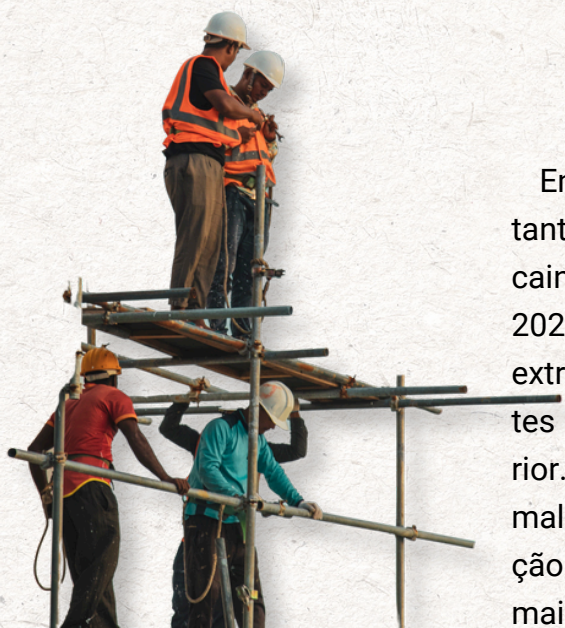
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

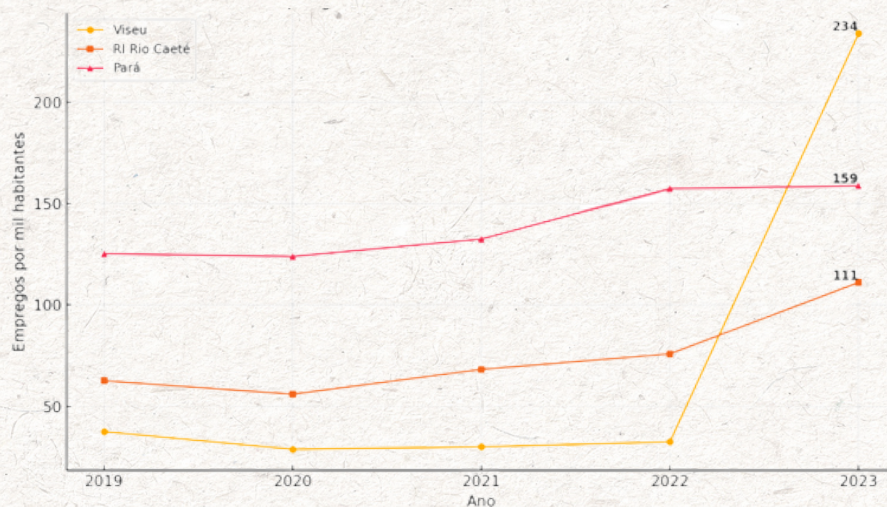


Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Viseu, o número de empregos formais por mil habitantes era baixo nos primeiros anos da série: 38 em 2019, caindo para 30 em 2020, e oscilando levemente para 31 em 2021 e 33 em 2022. No entanto, em 2023, houve um salto extraordinário para 234 empregos formais por mil habitantes um aumento de mais de 600% em relação ao ano anterior. Esse crescimento abrupto pode estar relacionado à formalização em massa de vínculos trabalhistas ou à instalação de novos empreendimentos locais, e requer análise mais aprofundada para verificar sua sustentabilidade (Gráfico 15).

Na RI Rio Caeté, o indicador passou de 63 (2019) para 57 (2020), crescendo para 68 (2021), 75 (2022) e alcançando 111 em 2023. Já o estado do Pará apresentou evolução estável e em patamar superior: 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 e 2020, 132 em 2021, 157 em 2022 e 159 em 2023. O comportamento estadual revela crescimento sustentado da formalização do trabalho, enquanto o salto pontual em Viseu pode indicar uma mudança estrutural recente no mercado local de trabalho ou efeito estatístico de base reduzida (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 234 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Em Viseu, o PIB per capita mostrou um crescimento moderado ao longo do período analisado. Em 2018, o valor era de R\$7.969 por habitante, mantendo-se praticamente estável em 2019, com R\$ 8.104. Já em 2020, houve uma elevação expressiva para R\$ 9.988, com leve variação em 2021 (R\$ 10.022) e um novo aumento em 2022, alcançando R\$ 10.364. Apesar do avanço, o município continua com desempenho inferior em relação à média regional e estadual, evidenciando limitações estruturais em sua capacidade produtiva (Gráfico 16).

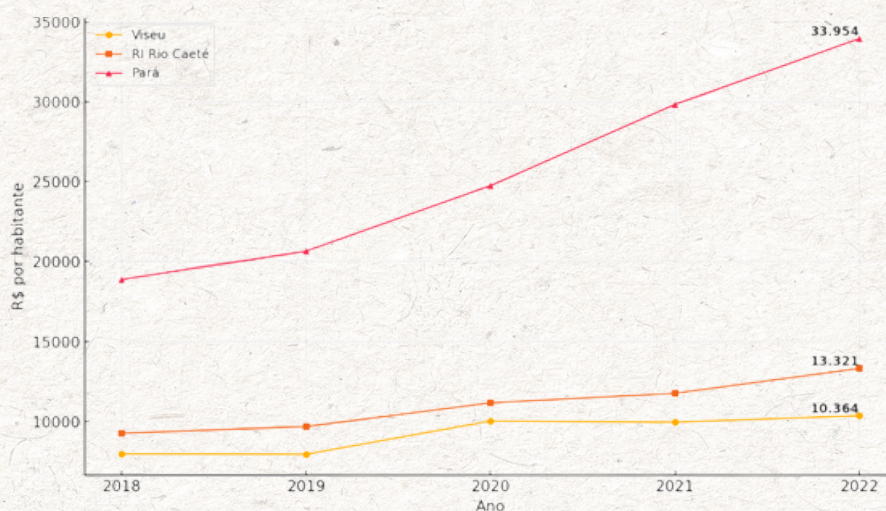
PIB per capita



Na Região de Integração Rio Caeté, o crescimento foi mais expressivo: de R\$ 9.271 em 2018 para R\$ 13.321 em 2022, o que representa um aumento absoluto de R\$ 4.050. O estado

do Pará, por sua vez, apresentou uma trajetória de crescimento vigorosa: o PIB per capita saltou de R\$ 18.963 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, refletindo um incremento de quase 80% no período. Essa evolução estadual pode estar relacionada à expansão de setores industriais e extrativistas, que têm peso significativo na economia paraense. O distanciamento entre Viseu e o estado revela a necessidade de políticas que estimulem atividades produtivas de maior valor agregado no município (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.364/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

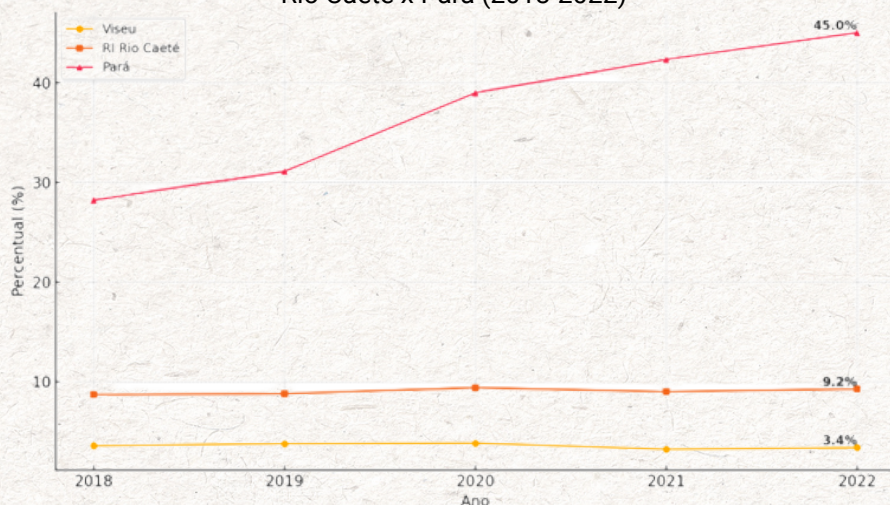


O valor adicionado da indústria no município de Viseu teve comportamento praticamente estável nos primeiros anos, mas caiu nos anos finais. Em 2018 e 2019, a participação da indústria no PIB local era de 3,2% e 3,3%, subindo para 3,5% em 2020. Contudo, em 2021 houve retração para 3%, encerrando 2022 em 3,4%. Esse nível baixo e com pouca variação reforça o papel ainda marginal do setor industrial na economia local, predominando possivelmente atividades do setor primário e serviços de baixa complexidade (Gráfico 17).

Na RI Rio Caeté, a participação da indústria se manteve relativamente constante, iniciando em 8,9% em 2018 e atingindo 9,2% em 2022, o que indica uma estabilidade estrutural, porém sem expansão relevante do setor. Em contraste, o estado do Pará apresentou uma expressiva elevação: de 28,4% em 2018 para 45% em 2022. Esse avanço estadual reflete a importância da indústria mineral e da transformação no conjunto da economia paraense. A comparação evidencia uma forte concentração da atividade industrial em determinadas regiões do estado, enquanto municípios como Viseu permanecem com baixa industrialização e vulneráveis a flutuações de setores menos dinâmicos (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O município de Viseu iniciou o período com 10 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2019, registrando uma leve queda em 2020 (9,3). A partir de então, houve crescimento contínuo: 11 em 2021, 11,7 em 2022 e um salto significativo em 2023, atingindo 17 profissionais por 100 mil habitantes. Esse aumento recente pode refletir políticas de incentivo à formação técnica ou



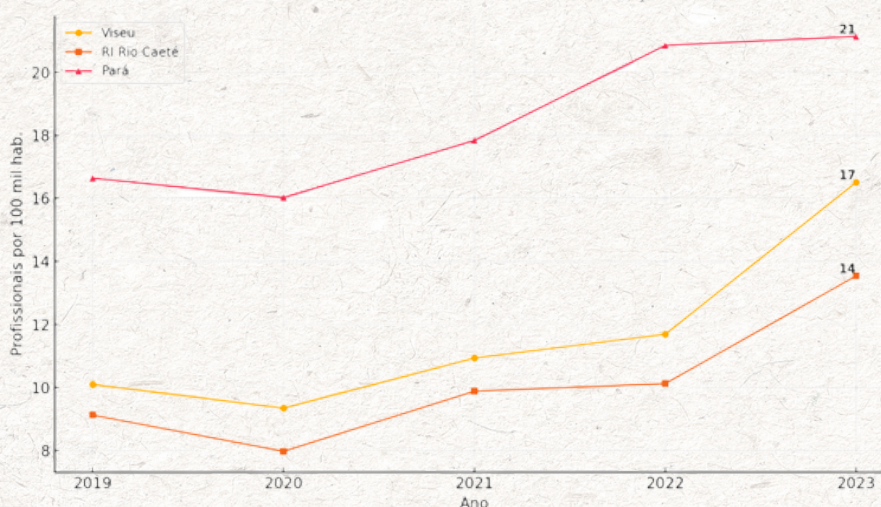
científica, expansão da atuação de instituições educacionais ou maior reconhecimento de vínculos formais em áreas científicas no município (Gráfico 18).

Na Região de Integração Rio Caeté, o número passou de 9,1 em 2019 para 7,9 em 2020, mas também apresentou recuperação nos anos seguintes:

9,9 (2021), 10,1 (2022) e 14 em 2023. O estado do Pará manteve-se em patamar mais elevado durante todo o período, com 16,6 em 2019, queda leve para 16,1 em 2020, seguido de elevação para 17,9 (2021), 20,9 (2022) e 21 em 2023. A tendência geral é de crescimento gradual, com destaque para a aceleração em 2023, indicando uma valorização crescente das profissões científicas nos diferentes níveis territoriais (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



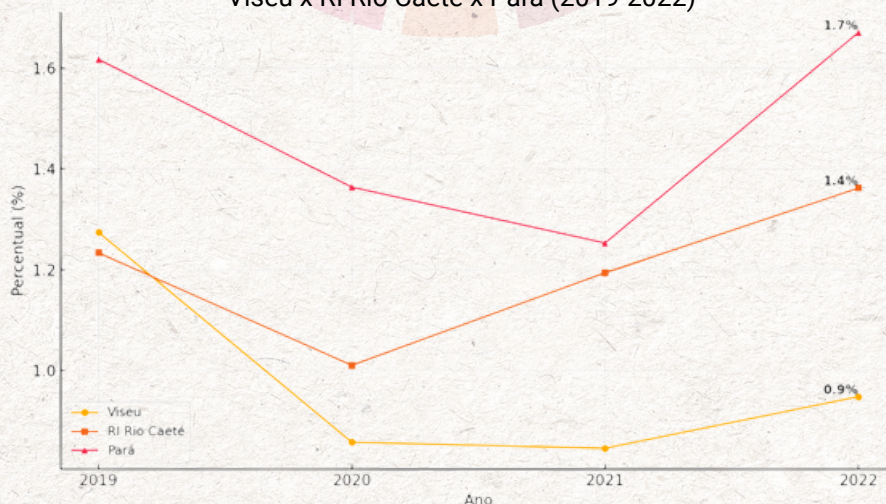
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Viseu, a massa salarial dos vínculos formais correspondia a 1,27% do PIB municipal em 2019, mas sofreu queda acentuada em 2020, alcançando apenas 0,85%. Em 2021, o índice recuou ainda mais para 0,84%, apresentando leve recuperação em 2022, com 0,9%. Esses valores indicam que, apesar de algum nível de formalização, a remuneração agregada dos empregos formais representa uma fração reduzida da atividade econômica local, sugerindo baixa valorização salarial ou alta informalidade (Gráfico 19).

Na RI Rio Caeté, a trajetória foi semelhante, porém com melhor desempenho: de 1,24% em

2019 para 1% em 2020, voltando a subir para 1,19% em 2021 e 1,39% em 2022. Já o estado do Pará iniciou com 1,62% em 2019, apresentou recuo para 1,36% (2020) e 1,26% (2021), encerrando com alta em 2022 (1,72%). A retomada estadual pode estar relacionada ao aquecimento do mercado formal pós-pandemia e à valorização salarial em setores estratégicos. A comparação mostra que, enquanto o estado recupera sua capacidade de distribuir renda via emprego formal, municípios como Viseu ainda enfrentam desafios estruturais para ampliar a relevância da massa salarial em sua economia (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

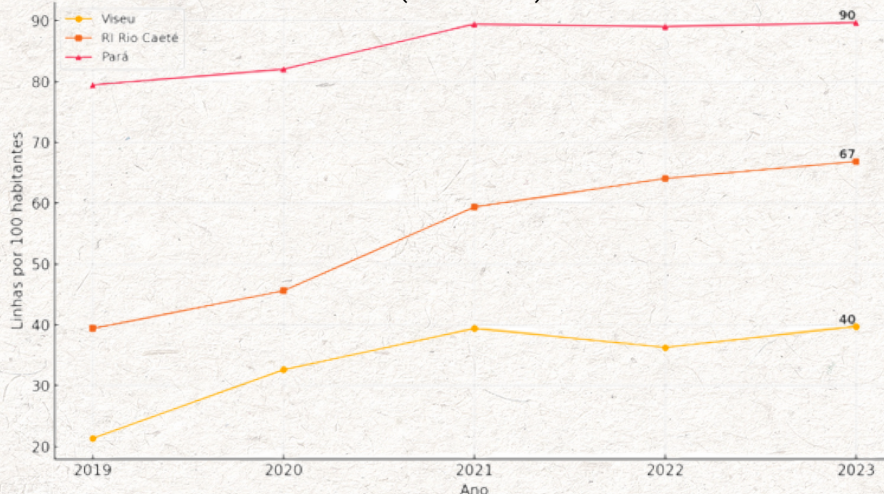
Acesso à Telefonia Móvel

O município de Viseu apresentou crescimento no acesso à telefonia móvel, partindo de 21 linhas por 100 habitantes em 2019, subindo para 32,4 em 2020 e 39,4 em 2021. Após uma leve queda em 2022 (36,5), o indicador voltou a crescer, atingindo 40 linhas por 100 habitantes em 2023. Apesar do avanço ao longo dos anos, o município ainda se mantém abaixo da média regional e estadual, evidenciando desigualdades no acesso a serviços de conectividade móvel (Gráfico 20).

Na RI Rio Caeté, o crescimento foi mais consistente, passando de 39,4 em 2019 para 67 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 79,3 linhas por 100 habitantes em 2019, alcançando 82,1 em 2020 e chegando a 90 em 2023. O comportamento ascendente no estado e na RI aponta para uma ampliação do acesso a tecnologias de comunicação, ao passo que o ritmo mais lento de Viseu sinaliza possíveis barreiras de infraestrutura ou renda que limitam a expansão desse serviço essencial à inclusão digital e econômica (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonía Móvel, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

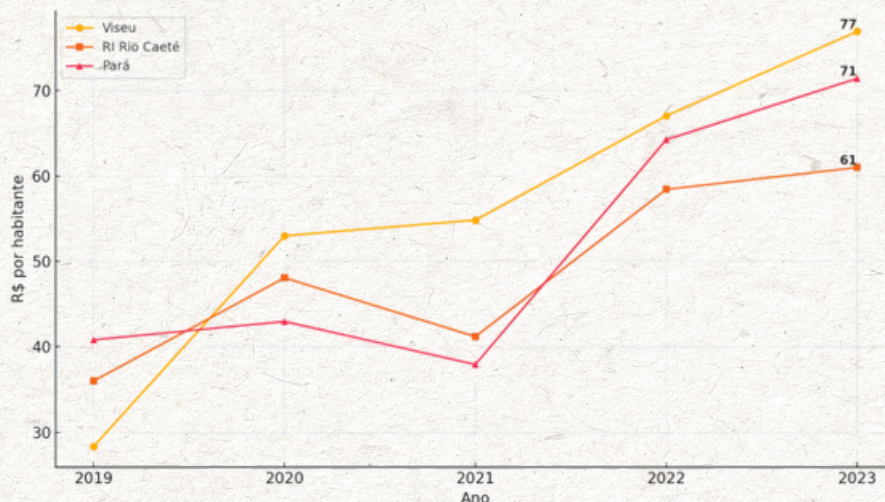
Em Viseu, as despesas per capita com cultura e gestão ambiental apresentaram crescimento expressivo. O valor era de R\$ 28,2 por habitante em 2019, saltando para R\$ 53,3 em 2020 e mantendo trajetória ascendente nos anos seguintes: R\$ 54,8 (2021), R\$ 66,9 (2022) e R\$ 77 em 2023. Essa evolução reflete um aumento contínuo do investimento municipal nessas áreas, o que pode indicar fortalecimento de políticas culturais e ambientais (Gráfico 21).

A RI Rio Caeté também registrou cresci-

mento, embora menos acentuado: de R\$ 36 em 2019 para R\$ 61 em 2023. Já o estado do Pará variou de R\$ 40,7 em 2019 para R\$ 43 em 2020, sofrendo leve queda em 2021 (R\$ 38), mas com forte recuperação em 2022 (R\$ 64,7) e alta contínua até R\$ 71 em 2023. O aumento geral nos três níveis territoriais sugere maior atenção à pauta ambiental e cultural, sendo o desempenho de Viseu especialmente notável por ultrapassar a média estadual em todo o período entre 2020 e 2023 (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



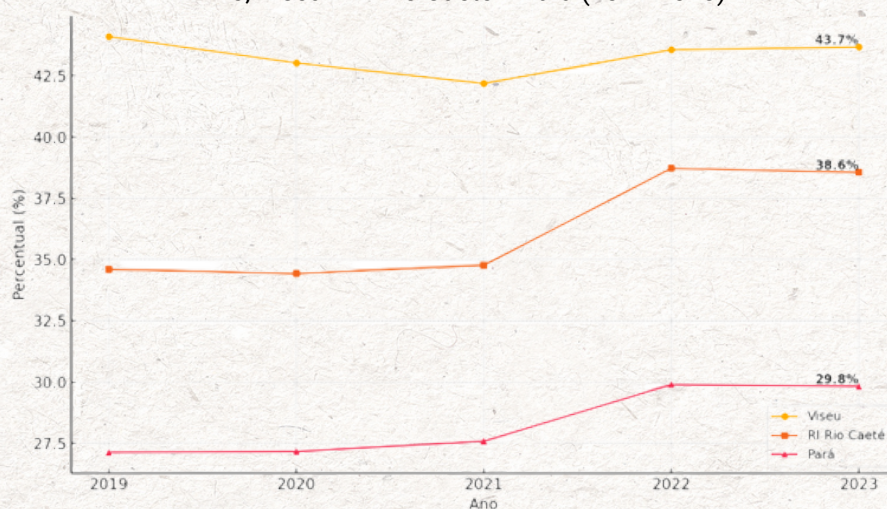
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Viseu apresentou variações pequenas, mas mantendo-se em patamares elevados. Em 2019, o indicador estava em 44,1%, caindo para 43% em 2020, 42,1% em 2021, voltando a subir para 43,6% em 2022 e encerrando 2023 com 43,7%. Essa persistência em níveis altos reflete deficiência no acesso a serviços de coleta regular de resíduos sólidos em áreas vulneráveis do município (Gráfico 22).

Na RI Rio Caeté, a série foi levemente mais

favorável: de 34,6% em 2019 para 34,3% em 2020, 34,7% em 2021 e um crescimento mais acentuado em 2022, chegando a 38,6% em 2023. O estado do Pará apresentou os melhores índices relativos, embora também com piora recente: 27% em 2019, estável até 2021, subindo para 29,8% nos dois últimos anos. O cenário revela que, embora o problema seja generalizado, Viseu concentra maiores desafios relacionados à precariedade no manejo de resíduos entre a população de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

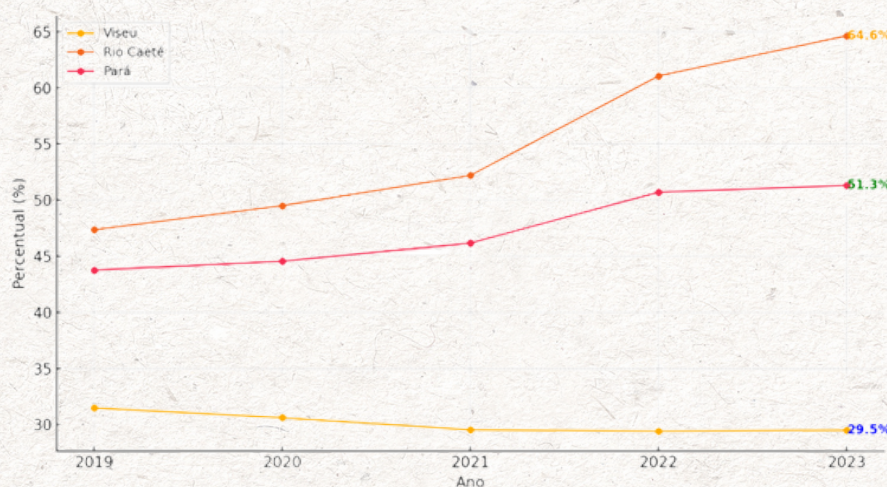
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Viseu apresentou estabilidade no percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar ao longo do período. Em 2019, o índice era de 31,2%, caindo ligeiramente para 30,6% em 2020, 29,6% em 2021, 29,3% em 2022 e mantendo-se em 29,5% em 2023. Apesar da leve melhora, o indicador ainda evidencia a permanência de formas inadequadas de esgotamento sanitário em praticamente um terço das residências pobres do município (Gráfico 23).

Na RI Rio Caeté, a situação se agravou consi-

deravelmente: o percentual passou de 47,4% em 2019 para 64,6% em 2023, com forte aceleração a partir de 2021. Já o estado do Pará também apresentou aumento, de 43,9% em 2019 para 51,3% em 2023. Assim, embora Viseu esteja em melhores condições relativas em comparação à sua RI e ao estado, os dados demonstram que o uso de fossas rudimentares ainda é um problema crônico que exige ações estruturais em saneamento básico voltadas à população de baixa renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

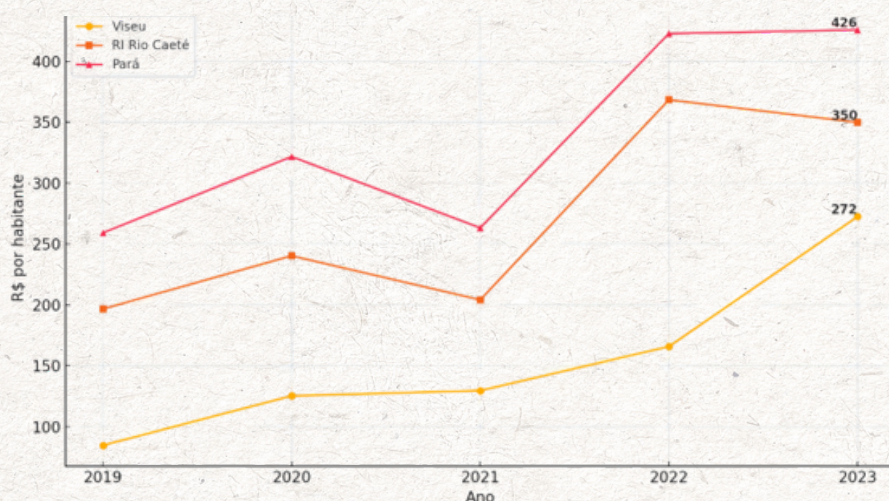


Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Viseu, os gastos per capita com prevenção de desastres aumentaram consideravelmente no período. Em 2019, o valor era de R\$ 85 por habitante, subindo para R\$ 126 em 2020 e R\$ 130 em 2021. O maior crescimento ocorreu em 2022, com R\$ 166, e em 2023 o indicador atingiu R\$ 272. Esse avanço evidencia maior atenção do município às ações preventivas relacionadas a desastres naturais ou eventos climáticos extremos, com incremento expressivo nos dois últimos anos (Gráfico 24).

Na RI Rio Caeté, o comportamento foi semelhante, com os gastos passando de R\$ 197 em 2019 para R\$ 240 em 2020, R\$ 205 em 2021 e saltando para R\$ 368 em 2022, antes de uma leve queda para R\$ 350 em 2023. O estado do Pará iniciou com R\$ 258 em 2019, alcançou R\$ 324 em 2020, recuou para R\$ 262 em 2021 e teve aumento expressivo para R\$ 423 em 2022, estabilizando em R\$ 426 em 2023. A tendência geral nos três níveis indica ampliação significativa dos investimentos na prevenção de riscos, sobretudo a partir de 2022 (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 272/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

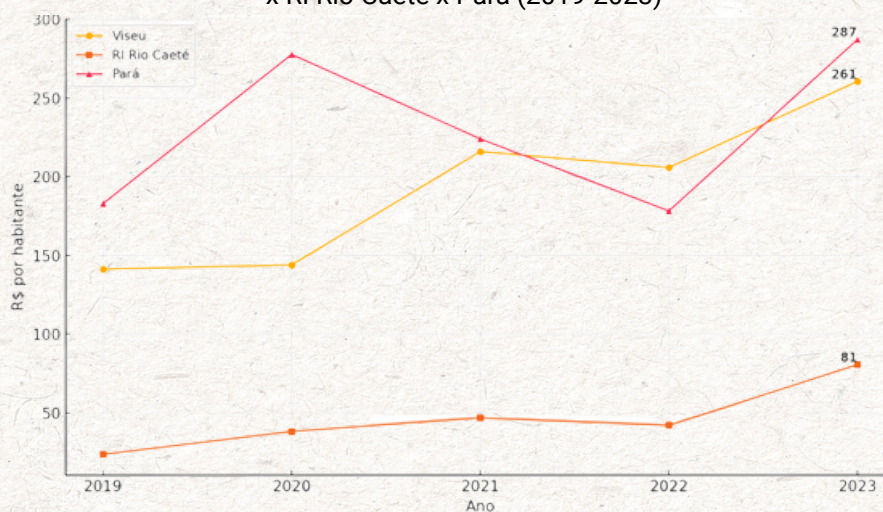
O município de Viseu elevou fortemente seus investimentos per capita na preservação aquática. Em 2019, o gasto era de R\$ 141 por habitante, subindo pouco em 2020 para R\$ 145. No entanto, em 2021 houve salto para R\$ 216, seguido de uma leve queda em 2022 (R\$ 206) e novo crescimento em 2023, com R\$ 261. O patamar elevado a partir de 2021 reflete um comprometimento crescente com a conservação de ecossistemas aquáticos e áreas ribeirinhas (Gráfico 25).

Na RI Rio Caeté, os valores são bem inferiores: de R\$ 23 em 2019 para R\$ 37 em 2020, R\$ 46 em 2021, queda para R\$ 43 em 2022 e alta para R\$ 81 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com R\$ 183 em 2019, subiu para R\$ 270 em 2020, caiu para R\$ 225 em 2021 e R\$ 181 em 2022, antes de voltar a crescer para R\$ 287 em 2023. Viseu, a partir de 2021, passou a superar a média estadual e se destaca regionalmente pelo nível de despesa voltada à preservação dos recursos hídricos (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 261/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

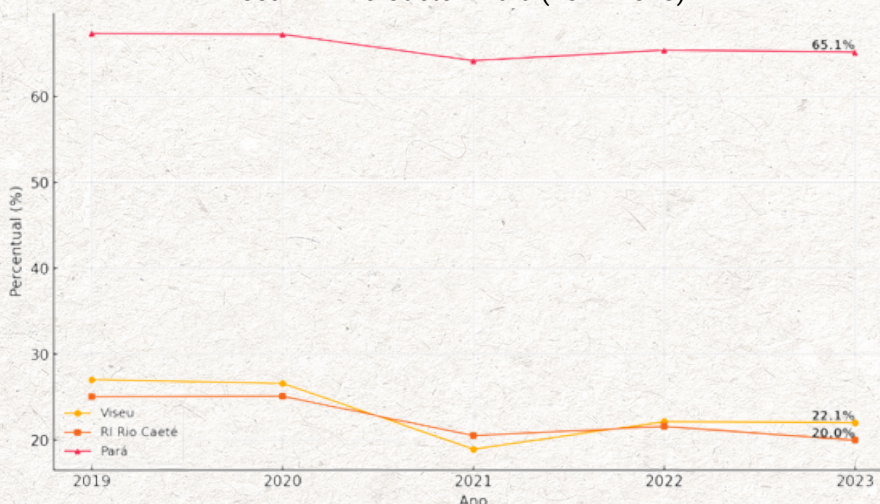
O percentual de área coberta por floresta em Viseu diminuiu ao longo do período. Em 2019, a cobertura era de 27,1%, mantendo-se próxima (26,7%) em 2020, mas caindo para 19% em 2021. Houve uma leve recuperação para 22,2% em 2022, com recuo leve para 22,1% em 2023. A tendência é de redução da cobertura florestal, especialmente entre 2020 e 2021, o que pode estar associado ao avanço de atividades econômicas em áreas antes ocupadas por vegetação nativa (Gráfico 26).

Na RI Rio Caeté, os números

seguem padrão semelhante: de 25% em 2019 para 24,8% em 2020, queda para 20,5% em 2021, leve recuperação para 22,4% em 2022 e queda para 20% em 2023. Já o estado do Pará mantém estabilizada em patamar mais elevado: 67,1% (2019), 66,8% (2020), 64,3% (2021), 65,3% (2022) e 65,1% (2023). Enquanto o Pará preserva cerca de dois terços de sua área com florestas, Viseu e sua região demonstram fragilidade crescente na proteção da cobertura vegetal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

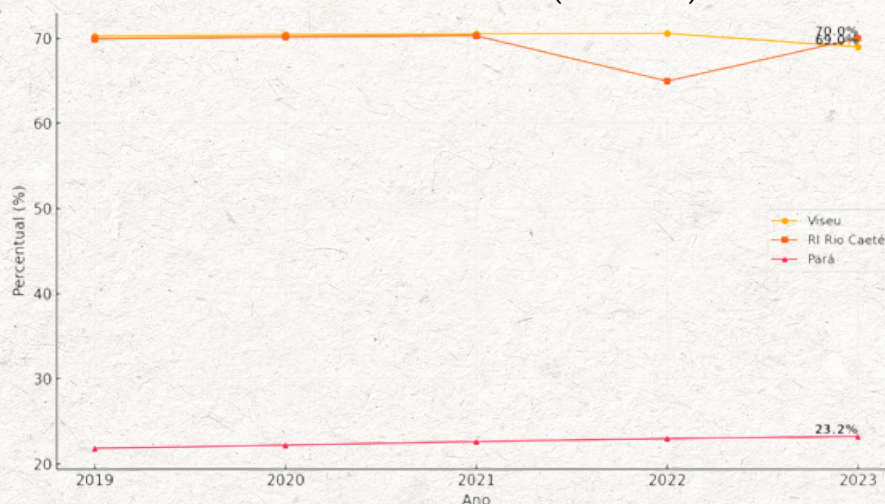
O município de Viseu manteve praticamente constante o percentual de área desmatada: 70,4% em 2019, 70,5% em 2020 e 2021, leve recuo para 70,2% em 2022 e nova elevação para 69,0% em 2023. O dado revela um histórico de alta conversão do solo com pouca variação, sinalizando que boa parte do território já está antropizado e que o desmatamento persiste em patamar estrutural elevado (Gráfico 27).

Na RI Rio Caeté, o cenário é semelhante: 69,8% (2019),

69,9% (2020 e 2021), queda para 65,4% em 2022 e recuperação para 69,4% em 2023. Já o estado do Pará apresenta situação bem mais equilibrada, com 21,6% de área desmatada em 2019, crescendo discretamente até alcançar 23,2% em 2023. Assim, embora o Pará ainda preserve grande parte de seu território, Viseu e sua região refletem um padrão consolidado de uso intensivo do solo, com elevado comprometimento ambiental (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

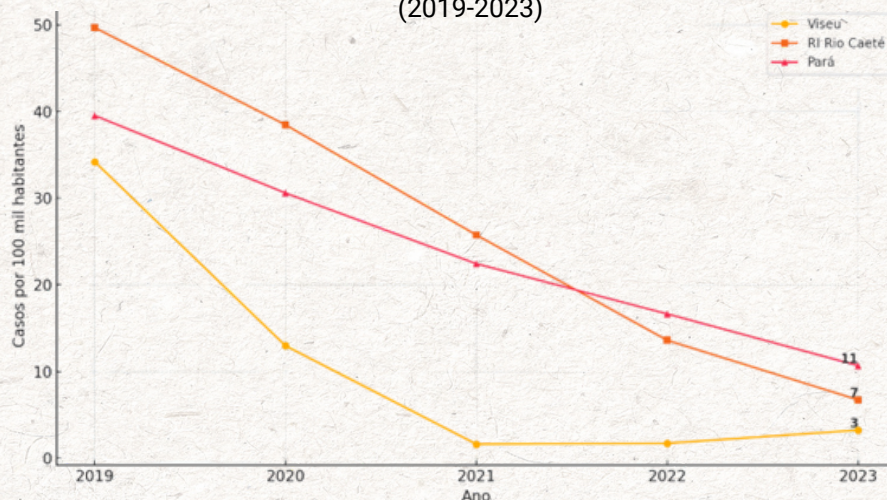
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Viseu, o trabalho infantil apresentou redução acentuada entre 2019 e 2021, com queda de 34,3 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 1,4 em 2021. Esse patamar se manteve praticamente estável em 2022 (1,6), seguido de uma pequena elevação para 3,4 em 2023. O recuo expressivo nos três primeiros anos sugere avanços importantes nas ações de proteção à infância, embora a leve alta em 2023 exija atenção para evitar retrocessos (Gráfico 28).

Na Região de Integração Rio

Caeté, a trajetória também foi de queda significativa, indo de 49,9 em 2019 para 13,8 em 2022 e 7,2 em 2023. Já no estado do Pará, o indicador passou de 39,6 em 2019 para 16,5 em 2022 e 11,3 em 2023. Apesar da tendência positiva em todas as esferas territoriais, os níveis registrados por Viseu a partir de 2021 destacam o município com os menores índices da série, revelando um desempenho relativamente melhor no enfrentamento ao trabalho infantil em comparação com a média regional e estadual (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

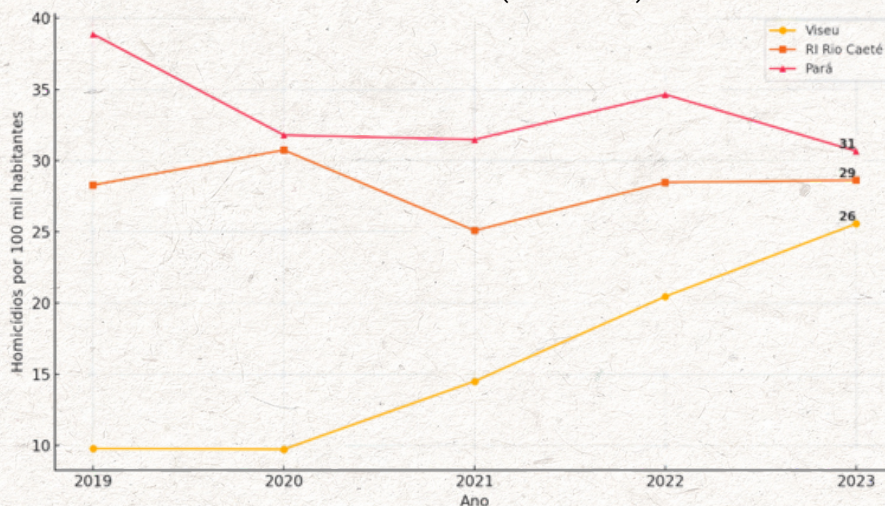
Em contraste com o indicador anterior, a taxa de homicídios em Viseu seguiu uma tendência de alta. Em 2019 e 2020, o índice se manteve estável em 9,7 homicídios por 100 mil habitantes. A partir de 2021, houve um crescimento sucessivo: 14,5 em 2021, 20,5 em 2022 e 26 em 2023. Esse aumento constante ao longo do período sugere uma deterioração das condições de segurança pública no município, sendo necessário investigar causas locais, como conflitos, vulnerabilidades sociais e eficácia da política de segurança (Gráfico 29).

Na RI Rio Caeté, os valores oscilaram entre

28,4 (2019), 30,9 (2020), recuo para 25,1 (2021), e retomada para 28,6 (2022 e 2023), apresentando relativa estabilidade. Já o estado do Pará começou em um patamar mais alto, com 38,9 em 2019, registrando queda para 31,6 em 2020, 31,4 em 2021, leve alta para 34,6 em 2022 e redução para 31,1 em 2023. Ainda que o Pará e a RI apresentem taxas mais elevadas que Viseu, o crescimento expressivo no município é preocupante e merece atenção prioritária no planejamento de políticas públicas voltadas à redução da violência (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



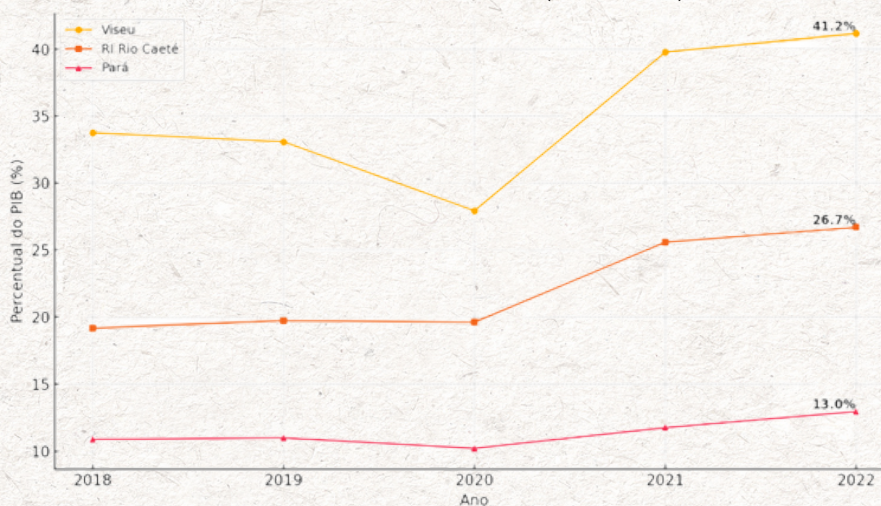
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Viseu apresentou uma trajetória de crescimento no gasto público municipal em relação ao seu PIB, com destaque para os dois últimos anos da série. Em 2018, o percentual era de 33,8%, reduzindo levemente para 33,1% em 2019 e caindo para 27,9% em 2020. A partir de 2021, houve um aumento significativo, com o indicador saltando para 39,8% e atingindo 41,2% em 2022. Esse comportamento sugere uma elevação nos investimentos ou despesas públicas municipais frente à capacidade econômica do município, especialmente após 2020 (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o crescimento também foi evidente: o percentual su-

biu de 19,1% em 2018 para 19,7% em 2019 e 19,6% em 2020, saltando para 25,6% em 2021 e atingindo 26,7% em 2022. Já o estado do Pará apresentou evolução mais moderada: iniciou com 10,9% em 2018, subiu ligeiramente para 11% em 2019, caiu para 10,1% em 2020, mas voltou a crescer nos dois anos seguintes, chegando a 11,6% em 2021 e 13% em 2022. Os dados revelam que Viseu tem gasto público proporcionalmente muito superior à média estadual e regional, o que pode indicar maior esforço local em prover serviços, ainda que isso exija atenção à sustentabilidade fiscal (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

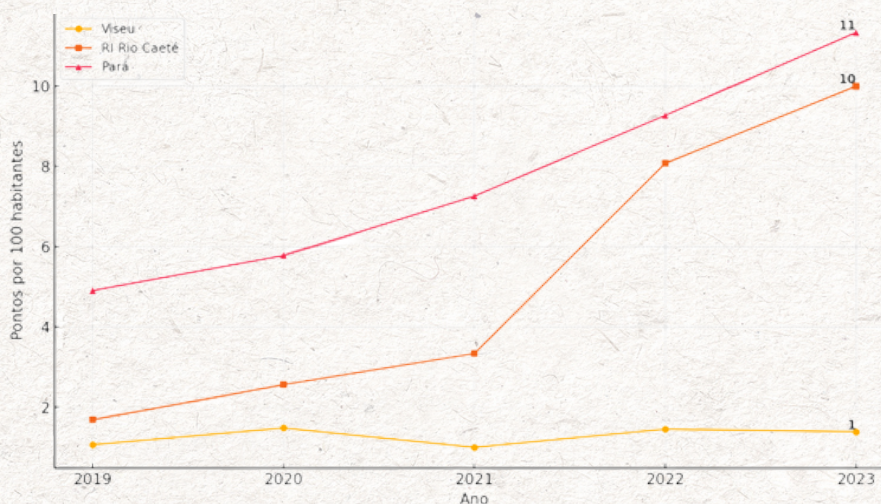
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Viseu apresentou crescimento discreto e manteve-se em níveis muito baixos ao longo de todo o período. Em 2019, o município registrava 1,1 ponto por 100 habitantes, subindo para 1,5 em 2020, caindo para 1,0 em 2021 e retornando a 1,5 em 2022. No entanto, em 2023, a taxa voltou a recuar para 1,4 ponto por 100 habitantes. Essa oscilação sem avanço consolidado evidencia a persistência de limitações estruturais no acesso à internet fixa, o que compromete a inclusão digital e o desenvolvimento educacional e econômico local (Gráfico 31).

Por outro lado, a RI Rio Caeté mostrou progresso expressivo, saindo de 1,7 em 2019 para 2,6 em 2020, 3,4 em 2021, alcançando 8,1 em 2022 e 10 em 2023. O estado do Pará também apresentou evolução constante: 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019, 5,8 em 2020, 7,3 em 2021, 9,3 em 2022 e 11 em 2023. A comparação evidencia uma defasagem preocupante de Viseu em relação ao seu entorno e ao estado como um todo, indicando a necessidade de políticas públicas específicas para universalizar o acesso à internet no município (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

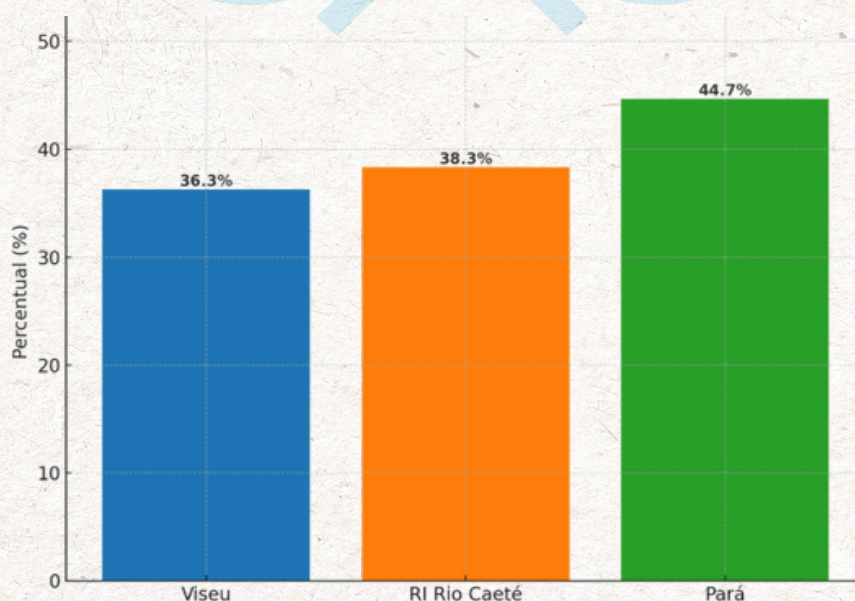
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Viseu** registrou um IDS de **36,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Viseu x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



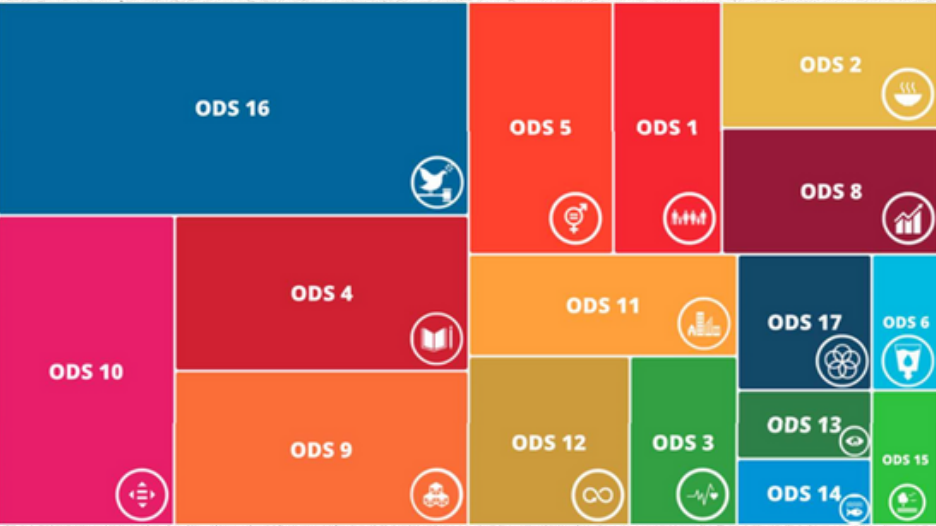
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Viseu na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Viseu e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

